

## AGRUPAMENTO DE ESCOLAS POATA JOAQUIM SERRA

### RELATÓRIO FINAL DA AUTOAVALIAÇÃO DO GRUPO DISCIPLINAR DE GEOGRAFIA (420)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
2013/14

ANO LETIVO

#### I. INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo principal dar conhecimento do trabalho desenvolvido no Grupo Disciplinar e das dinâmicas que suscitou, durante este ano letivo; como resposta às solicitações do GAI junto das diferentes estruturas do Agrupamento (nomeadamente no que toca às necessidades de avaliação interna no Agrupamento).

A estrutura do documento corresponde à proposta feita pelo GAI por se considerar que a existência de uma proposta inicial se destina a facilitar o eventual tratamento da informação.

#### II. ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO.

À elaboração deste documento esteve subjacente o conjunto de documentos internos que orientaram o nosso trabalho (Plano de Ação do Grupo e planificações diversas, documentos de reflexão e registo da avaliação, atas e outros relativos à organização interna do Agrupamento).

Os resultados considerados na presente avaliação têm em consideração o universo de docentes do Grupo, constituído por quatro docentes do quadro de escola, a lecionar na escola sede, e um docente contratado a lecionar na escola sede e na EBI do Esteval. Os docentes lecionaram em turmas de ensino regular e profissional, nos níveis do 3º ciclo e secundário.

Sem considerar as funções de coordenação do Grupo Disciplinar, os docentes desenvolveram ao longo do ano letivo, além do trabalho letivo e no Projeto Sala de Estudo, atividades nas estruturas educativas que se passam a designar: GAI, Direção de turma e GIC.

Foram assegurados pelo Grupo Disciplinar todos os procedimentos internos solicitados e necessários ao bom funcionamento do Agrupamento, a saber: reuniões de trabalho colaborativo regular, elaboração e/ou classificação de provas, avaliação interna, de resultados e do desempenho docente, análise e seleção de manuais, inventariação e Plano de Ação.

Ao nível da coordenação, foram executados os procedimentos internos previstos no regimento tendo sido dada prioridade à transferência/circulação de informação, ao trabalho colaborativo e ao cumprimento dos aspetos administrativos e organizacionais, já que o tempo disponível foi bastante reduzido.

### III. RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

#### A) Grau de concretização do Plano de Ação ao nível das iniciativas propostas.

O balanço global foi considerado positivo pelo Grupo Disciplinar.

As metas propostas foram totalmente alcançadas nas iniciativas propostas no domínio da Articulação Organizacional, pedagógica e científica entre os Ciclos de Ensino do Agrupamento e Mecanismos de Avaliação e auto-regulação; e significativamente alcançadas nos domínios Comunicação Educativa e Cidadania e Valores: cooperação e responsabilidade.

No que respeita à Qualidade das aprendizagens e práticas educativas apenas uma iniciativa, das três propostas, não foi concretizada mas as restantes permitiram alcançar as metas com resultados satisfatórios.

#### B) Análise de resultados da avaliação interna (sumativa).

Os docentes avaliam os resultados escolares como globalmente satisfatórios.

São várias as considerações que suportam esta conclusão, a saber: uma redução progressiva dos valores de insucesso escolar ao longo do ano letivo, em todos os níveis de ensino com exceção do 10º ano de escolaridade, culminando o 3º período com valores de 10% no 7º ano, 3% no 8º ano, 2% no 9º ano, 32% no 10º ano, 17% no 11ºano e 0% no 12º ano; aumento dos níveis de sucesso escolar ao longo dos ciclos de escolaridade, culminando com valores muito satisfatórios de 98% e 100%, no ensino básico e secundário respetivamente; uma homogeneidade relativa entre docentes que lecionam os mesmos níveis de ensino, quanto aos níveis de sucesso alcançados; a posição relativa dos resultados globais nas disciplinas lecionadas no Grupo comparativamente a outras disciplinas do mesmo plano de estudos do ensino regular (7º em 15, 5º em 15, 3º em 15, respetivamente nos níveis do ensino

básico; 7º em 10, 5º em 10, 1º ex aequo em 9 e semelhante a todas as disciplinas anuais, respetivamente nos níveis do ensino secundário) .

Os docentes identificam o trabalho colaborativo/articulação e o seu esforço individual na diversificação de estratégias e instrumentos de trabalho, com progressiva adequação aos grupos -turma, como o ponto forte deste resultado.

Como maior fragilidade identificam-se os níveis de escolaridade de iniciação (7º e 10º) onde os resultados escolares divergem dos restantes níveis, ainda que não deixem de ser, por nós, considerados compreensíveis em termos de percurso formativo, dadas as mudanças que envolvem para os jovens e respetivas famílias. De facto, a transição para o 3º ciclo, com a disciplina de Geografia a ser lecionada de forma autónoma e com docentes que dominam as suas especificidades científicas e metodológicas, confronta os jovens alunos com novas realidades, às quais se vão gradualmente adaptando com resultados positivos.

Já ao nível da transição para o ensino secundário são as exigências que lhe são inerentes que causam maior resistência e dificuldades de adaptação: os discentes não revelam domínio de métodos de trabalho e estudo eficientes para este nível de ensino, o seu nível de maturidade compromete fortemente a sua autonomia, empenhamento e responsabilidade e as famílias parecem não apostar em condutas que permitam consolidar práticas que respondam a estas dificuldades. Também se verifica neste nível de ensino (10º) que os jovens não definiram ainda, de forma clara, o seu percurso formativo e transitam amiúde entre turmas de diferentes áreas de formação (por vezes até ao 2º período); situação que muitas vezes compromete o seu sucesso, por resultar na perda de uma importante fase da organização do trabalho e da leção de conteúdos com carácter transversal, em Geografia A.

As dificuldades de aprendizagem parecem estar, por vezes, na origem destas transições.

Acresce que é nestes universos (de iniciação) que se regista mais frequentemente a excessiva dimensão dos grupos-turma pelo que a aplicação de estratégias de apoio individualizado se torna menos eficiente.

Assim estes níveis têm sido alvo da nossa atenção e reflexão, e onde temos ensaiado diversas estratégias no sentido de recuperar os resultados. No caso do 10º ano de escolaridade a tarefa tem-se mostrado mais complexa por ser igualmente necessário acautelar eventuais prejuízos/desvios nos resultados da

avaliação externa (Exame Nacional 719), cujos efeitos seriam, no nosso entender, mais nefastos para o Agrupamento.

De um modo geral, os docentes elegem as seguintes situações como as que obstam a um melhor nível de resultados escolares:

- défices de atenção/concentração dos alunos
- falta de empenhamento e responsabilidade de alunos e/ou famílias
- falta de assiduidade dos alunos
- problemas de comportamento nos grupos-turma, associados maioritariamente a divergência de interesses face à escola e dimensão excessiva dos grupos-turma
- dificuldades de aprendizagem e/ou falta de métodos de trabalho e estudo.

As carências socioeconómicas e a heterogeneidade de alguns grupos-turma foram pontualmente considerados fatores relevantes, nomeadamente quando determinaram situações de falta de material/ausência de manuais e uso de versões policopiadas de menor qualidade, como se detetou no 10º ano de escolaridade.

### C) Aspetos curriculares

Verifica-se o cumprimento generalizado dos programas dos diferentes níveis de ensino, nas diferentes disciplinas a cargo do Grupo, o que se considera ser um ponto forte.

Têm surgido dificuldades pontuais na gestão dos conteúdos do 8º ano que se relacionam com a redução da carga horária da disciplina, no plano curricular. O Grupo pondera anualmente esta situação e tem optado pela transferência de alguns conteúdos para o 9º ano, ao invés de abreviar a sua leção no 8º. Tal decisão prende-se com dois factos: um novo aumento da carga horária da disciplina no 9º ano, disponibilizando tempo sem prejuízo do cumprimento do programa desse nível; e a importância dos conteúdos abordados no 8º ano, que não surgem transversalmente e serão abordados verticalmente ao longo da escolaridade obrigatória, agora de 12 anos. Esta solução tem-se mostrado viável e bem sucedida.

#### D) Identificação do ponto de situação dos Planos de Melhoria

O grupo não elaborou, até ao momento, Plano de Melhoria mas têm sido feitas algumas sugestões nas reuniões de diferentes Estruturas Educativas, tais como:

- propostas de alteração da constituição de grupos-turma, em Conselho de turma
- propostas de reorganização/articulação de horários de alunos e docentes, em serviço na Sala de Estudo, em reunião de Grupo
- a necessidade de melhorar os recursos materiais existentes na escola (quadros tradicionais, equipamentos informáticos e de projeção, acessos à internet nas salas, manutenção de sistemas de informação).

Foi elaborado um Plano de Formação, na reunião ordinária de Grupo de 11 de junho último, onde figuram necessidades de formação em Plataforma Moodle, Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e Google Earth.

Na mesma reunião remeteu-se a definição mais concreta de estratégias de ação, ao nível do ensino secundário, para o início do próximo ano letivo. Então teremos conhecimento dos resultados do EN 719 para o primeiro grupo de alunos da escola em regime de escolaridade obrigatória de 12 anos, será conhecida a distribuição do serviço pelos docentes e daremos seguimento ao processo de implementação de novos manuais no conjunto do biénio (10º e 11º anos).

#### E) Apresentação dos pontos fracos, fortes e estratégias de melhoria (relativos ao próximo ano letivo)

Na sequência dos aspetos mais positivos do nosso trabalho, pretendemos dar continuidade às metodologias que nos têm permitido alcançar proveitos, numa perspectiva de implementação com sucessivos aperfeiçoamentos.

Quantos aos aspetos mais frágeis, nomeadamente o que se refere à iniciação do ensino secundário, prevemos definir uma estratégia de trabalho colaborativo que passe pelo melhoramento da articulação entre o final do 3º ciclo e o início do secundário e por uma ainda maior diversificação e adequação das metodologias de trabalho.

A revisão dos critérios específicos de avaliação é uma hipótese de trabalho em aberto que merecerá a nossa atenção.

À parte destas intenções há apenas a acrescentar as sugestões de organização e condições de trabalho atrás apresentadas, que nos condicionam mas sobre as quais não temos capacidade de intervenção.

julho de 2014

A Coordenadora do Grupo Disciplinar

Ana Maria da Glória Correia